

No Conservatório de Coimbra dos 800 inscritos só 300 têm aulas e tudo é emprestado desde o edifício às cadeiras

Comissão de Pais e alunos responsabilizam Ministério da Educação

Texto de Alfredo Prado ● Fotos de João Miranda

Região e cidade que deu à música grandes nomes, como Carlos Seixas, D. Pedro de Cristo ou D. Pedro da Esperança, para apenas referir alguns dos mais antigos, Coimbra só depois de muitas e complicadas diligências conseguiu que o Ministério da Educação e Cultura se decidisse a criar um Conservatório de Música.

Assim, por portaria datada de Setembro de 1985, foi criado o Conservatório de Música de Coimbra. O diploma estabelecia que as aulas começassem no dia 1 de Outubro, isto é, um mês depois da sua publicação. No entanto, a comissão instaladora, apesar de indigada há mais de um ano, só seria empossada em 17 de Outubro e as primeiras aulas, em condições mais que precárias, começaram em Fevereiro para um reduzido número de alunos.

Hoje, ano e meio depois da sua criação, o Conservatório continua a debater-se com numerosas dificuldades e carências e se elas estão mais atenuadas tal fica a dever-se à perseverança e aos esforços realizados pela comissão de pais dos estudantes e pela comissão instaladora.

As críticas são muitas e não poupam o Ministério da Educação. De um total de cerca de 800 inscritos só 300 estão a receber aulas. Lembram a este propósito — Comissão de Pais e Comissão Instaladora — que a criação do Conservatório implicou um acordo do Ministério da Educação com duas escolas de música, designadamente a «Ré Maior» e a «Escola de Música», que em respeito por tal acordo cessaram a sua actividade.

As referidas escolas particulares cumpriram a sua parte, mas o mesmo já não aconteceu com o MEC que não assumiu as suas responsabilidades. Diversos elementos da comissão de pais manifestam estranheza pela dificuldade e inoperância dos departamentos governamentais na instalação do Conservatório já que — como afirmam —, tal atraso favorece objectivamente a única escola de música que não subscreveu o acordo com o Ministério da Educação, ou seja, o «Conservatório Regional».

A comissão instaladora, por seu lado, queixa-se do reduzido número de docentes, da falta de instrumentos e da situação de precariedade das instalações, além das suas insuficiências.

Para exporem todas estas questões à comissão parlamentar de Educação da Assembleia da República, deslocou-se a Lisboa na passada quinta-feira uma comissão mista integrada por elementos da comissão de pais e da comissão instaladora. A possibilidade de acumulação de horas e o desdobramento de horários para o ensino nocturno, bem como a construção de uma escola de raiz, com instalações apropriadas, foram algumas das questões que a referida comissão se propôs colocar aos parlamentares.

«Quando tomámos posse não tínhamos nada»

O presidente da comissão instaladora, maestro Tobias Cardoso, salientou-nos a importância da existência do Conservatório para a cidade de Coimbra e mesmo para a região centro, mas considerou difíceis as condições em que trabalham. «Quando tomámos posse não tínhamos nada», disse.

O esforço desenvolvido pela comissão a que preside e pela comissão de pais possibilitou, no entanto, que o Conservatório arrancasse. Segundo aquele professor, a dificuldade maior é a falta de professores. Na opinião da comissão instaladora os actuais 23 professores, que cobrem disciplinas que vão da educação musical ao canto, são manifestamente insuficientes. Seria necessária mais uma dezena de professores para o Conservatório poder dar resposta aos cerca de 800 jovens inscritos.

Neste momento, por exemplo, o Conservatório não está em condições de receber todos quantos pretendem aprender piano e guitarra clássica (viola) por falta de pessoal docente. O maestro Tobias Cardoso referiu também outras dificuldades, designadamente no campo instrumental, lembrando que «as aulas foram iniciadas o ano passado com grandes dificuldades, com instrumentos emprestados e também com falta de pessoal administrativo e auxiliar».

O arrastamento da situação de aparente desinteresse por parte das entidades governamentais levou a que, depois de infrutíferas diligências, a comissão de pais e encarregados de educação organizasse uma manifestação de estudantes e de pais nas ruas da baixa de Coimbra. Durante a manifestação, realizada no dia 18 de Dezembro, foi aprovada uma moção na qual era exigido que «o Conservatório de Música

de Coimbra fosse dotado de verbas bastantes e suficientes para aquisição e instalação do seu equipamento integral e consequente funcionamento imediato» e que «sejam apuradas todas as responsabilidades pela situação degradada em que se encontra o Conservatório de Música de Coimbra».

A manifestação parece ter tido consequências práticas: o Ministério da Educação, através da Direcção-Geral do Equipamento Escolar, comprometeu-se já a entregar todo o mobiliário até finais do corrente mês. Aliás, também a nível da Assembleia da República o assunto foi já objecto de intervenção, nomeadamente por parte de deputados do PCP.

Em requerimento ao Governo, o grupo parlamentar comunista, depois de destacar os inconvenientes para alunos e encarregados de educação da situação em que se encontra o Conservatório, interrogava: «Que medidas vai o Ministério da Educação e Cultura tomar para, em tempo útil, obstar aos inconvenientes apontados, tendo em vista desbloquear verbas que permitam a aquisição do adequado equipamento do Conservatório de Música

de Coimbra e quando o pensa fazer?».

Face às pressões exercidas, o Governo desbloqueou recentemente uma verba de 3 500 contos que possibilita o cumprimento de compromissos em atraso relativamente à aquisição de instrumentos.

Os professores José Firmino Soares e Adelino Martins, que integram a comissão instaladora, consideram que são ainda grandes as carências do Conservatório, um dos dois únicos estabelecimentos oficiais para o ensino da música em toda a região centro do País.

Na opinião do maestro José Firmino Soares, recentemente galardoado com o 2.º prémio do Concurso Internacional de Composição de Trento (Itália), entre 318 composições de 18 países, o Conservatório de Coimbra «está cheio de carências e tem havido descoerência entre as entidades oficiais». O reduzido número de docentes na área do ensino da música é explicado pelo facto de «o valor da música não ser reconhecido no país».

Um edifício próprio

Segundo o presidente da comissão instaladora, a solução desejável para o ensino da música em Coimbra implica um edifício próprio para o conservatório. Um edifício com instalações condignas, com salas preparadas acusticamente, salas com condições para ensaios de orquestra e de ópera e com auditórios para música viva.

Este objectivo parece não ser irrealizável, a não ser por ausência de vontade governamental. De acordo com uma fonte da Comissão de Pais, a Câmara Municipal de Coimbra estaria disposta a ceder um terreno para a construção de um edifício de raiz e o próprio governador-civil não se terá mostrado desinteressado da ideia.

Até lá, Comissão Instaladora e Comissão de Pais mostram-se dispostas a tudo fazer para que o ensino da música possa atingir o maior número possível de jovens interessados. É que, como nos afirmaram, sendo Coimbra uma cidade que continua a viver muito sob a tutela da Universidade é, no entanto, culturalmente pobre, também a nível da música. Não tem uma orquestra e mesmo o único grupo de teatro profissional criado na cidade acabou por morrer.

Dia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
-----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Ensino Artístico - Conservatório de Música
Coimbra